



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

## MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE TAIÚVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 45.339.611/0001-05, com sede Administrativa na Prefeitura Municipal na rua 21 Abril, nº 334, Centro, na cidade de Taiúva, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MAURO VICENTE BERSI**, brasileiro, casado, RG nº 8.335.594-7-SSP/SP, CPF/RF nº 005.801.068-88, residente e domiciliado na Rua Florindo Vaqueiro Gonzales, nº 21, em Taiúva, neste Estado de São Paulo, doravante denominado simplesmente, **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, de agora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, alterada posteriormente, e a autorização contida no despacho exarado do **Processo licitatório nº 23/2026, Pregão Eletrônico nº 09/2026** celebram o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS e do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PMGRCC do Município de Taiúva/SP, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2026 e proposta vencedora, que integram o presente instrumento para todos os fins de direito.

**§1º.** A contratação compreende a realização de levantamentos técnicos, diagnósticos, prognósticos, definição de metas, programas, ações, mecanismos de monitoramento, fiscalização e demais produtos técnicos necessários à adequada estruturação da política municipal de gestão de resíduos sólidos.

**§2º.** Este contrato vincula-se ao edital do Pregão Eletrônico nº 09/2026, respectivos anexos e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO MODELO DE EXECUÇÃO

O objeto será executado sob regime de empreitada por preço global.

**§1º.** O objeto possui natureza tecnicamente integrada e indivisível, considerando a interdependência metodológica e operacional entre os produtos contratados.

**§2º.** A execução do objeto observará, no mínimo, as seguintes etapas:

- I** – apresentação do plano de trabalho;
- II** – levantamento de dados e diagnóstico técnico;
- III** – elaboração de prognóstico e proposição de soluções;
- IV** – apresentação das minutas dos planos;

**V** – entrega final consolidada dos produtos técnicos.

**§3º.** A Administração poderá solicitar reuniões técnicas, esclarecimentos e ajustes durante toda a execução contratual.

**§4º.** Os produtos deverão ser entregues em formato editável, acompanhados de anexos técnicos, mapas, tabelas, planilhas e demais arquivos reutilizáveis.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

A vigência deste contrato é fixada em 06 (seis) meses, contada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**O prazo para execução integral do objeto será de até 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente.**

**Parágrafo único.** Eventual pedido de prorrogação deverá ser formalizado antes do término do prazo contratual, devidamente justificado e sujeito à análise da Administração.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**Parágrafo único.** No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, materiais pedagógicos, apostilas, insumos, transporte, alimentação, despesas administrativas e quaisquer outros custos necessários ao integral cumprimento do objeto.

### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal, mediante ordem bancária, para crédito na conta indicada pela **CONTRATADA**.

**§1º.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

**§2º.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal, fatura ou DARE, quando o **CONTRATANTE** atestar a prestação dos serviços, em conformidade com as condições estabelecidas neste contrato.

**§3º.** No caso de atraso pelo **CONTRATANTE**, os valores devidos à **CONTRATADA** serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE.

**§4º.** A emissão da nota fiscal/fatura/DARE será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**§5º.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a nota fiscal, fatura ou DARE apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**I** - o prazo de validade;

**II** - a data da emissão;

**III** - os dados do contrato e do órgão **CONTRATANTE**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334  
CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

**IV** - o período respectivo de execução do contrato;

**V** - o valor a pagar; e

**VI** - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**§6º.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura/DARE, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

**§7º.** A nota fiscal, fatura ou DARE deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line*, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

**§8º.** Previamente à emissão de nota de empenho e antes da realização do pagamento, a Administração deverá realizar consulta com o objetivo de:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar eventual motivo que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, bem como proibição de contratar com o Poder Público ou outras ocorrências impeditivas indiretas.

**§9º.** Constatando-se, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

**§10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**§11.** Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

**§12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação.

**§13.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**§14.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**§15.** A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

## CLÁUSULA SEXTA – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Município, para o exercício de 2026, observada a seguinte classificação:

**Ficha 055**

**02 - Executivo**

**02.02 – Secretaria da Administração Geral**

**04.122.0005.2016 – Manutenção do Departamento de Planejamento**

**3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

## CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

Os documentos finais deverão ser entregues em formato digital editável e PDF, acompanhados de anexos técnicos, planilhas, mapas, quadros, referências e demais arquivos reutilizáveis necessários à utilização pela Administração Municipal.

**§1º.** Não serão aceitos produtos genéricos, padronizados, reproduzidos integral ou parcialmente de outros Municípios ou incompatíveis com a realidade local.

**§2º.** O recebimento do objeto ocorrerá somente após análise e aprovação definitiva pela fiscalização contratual, podendo o **CONTRATANTE** solicitar ajustes, complementações, esclarecimentos ou correções técnicas antes da emissão do aceite definitivo.

**§3º.** É vedada a interrupção unilateral da execução contratual pela **CONTRATADA**, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

**§4º.** Ao término da contratação, a **CONTRATADA** deverá entregar de forma organizada todos os arquivos, estudos, bancos de dados, documentos técnicos, planilhas e demais elementos produzidos durante a execução contratual, assegurando plena utilização futura pela Administração Municipal.

## CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela Administração, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**§1º.** Compete à fiscalização:

**I** – acompanhar a execução dos serviços;

**II** – verificar o cumprimento das obrigações contratuais;

**III** – validar relatórios técnicos;

**IV** – registrar ocorrências e irregularidades;

**V** – comunicar à autoridade competente eventual descumprimento contratual.

**§ 2º.** A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

## CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à **CONTRATADA**:

**I** – executar os serviços em conformidade com o Termo de Referência e legislação aplicável;

**II** – disponibilizar equipe técnica compatível com o objeto contratado;

**III** – realizar os levantamentos e diagnósticos necessários;

**IV** – elaborar produtos técnicos específicos para a realidade do Município de Taiúva/SP;

**V** – atender às solicitações da fiscalização;

**VI** – corrigir inconsistências, falhas ou omissões apontadas pela Administração;

**VII** – manter sigilo sobre informações obtidas durante a execução contratual;

**VIII** – entregar os produtos finais em formato digital editável e PDF;

**IX** – observar integralmente:

**a)** Lei Federal nº 12.305/2010;

**b)** Decreto Federal nº 10.936/2022;

**c)** Resolução CONAMA nº 307/2002;

**d)** demais normas ambientais aplicáveis.

**§1º.** Não serão aceitos produtos padronizados, genéricos ou incompatíveis com a realidade municipal.

**§2º.** A **CONTRATADA** responsabiliza-se integralmente pela qualidade técnica dos produtos entregues.

**§3º.** A execução contratual não gerará vínculo trabalhista entre os profissionais da CONTRATADA e o Município.

**§4º.** A **CONTRATADA** responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Compete ao **CONTRATANTE**:

**I** – fornecer informações e documentos disponíveis necessários à execução;

- II – designar responsável pelo acompanhamento e fiscalização contratual;
- III – analisar os produtos entregues;
- IV – solicitar ajustes, complementações ou esclarecimentos, quando necessários;
- V – efetuar o pagamento após o aceite definitivo dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS E SIGILO**

A **CONTRATADA** obriga-se a observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

**§1º.** As informações e registros obtidos em razão da execução contratual deverão ser tratados com absoluto sigilo e confidencialidade.

**§2º.** É vedada a divulgação, compartilhamento ou utilização de dados para finalidade diversa da execução contratual.

**§3º.** A **CONTRATADA** deverá comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer incidente envolvendo vazamento, perda ou tratamento inadequado de dados pessoais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame ou para a contratação;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

1) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

**§1º.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 2º, da Lei);

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 4º, da Lei);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l desta cláusula, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei).

**d)** multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor deste contrato.

**§2º.** A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (artigo 156, §9º).

**§3º.** Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, § 7º).

**§4º.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157).

**§5º.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º).

**§6º.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**§7º.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§8º.** Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do artigo 156, § 1º do mesmo diploma legal, as seguintes condições:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§9º.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).

**§10.** A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160).

**§11.** O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161).

**§12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO DO CONTRATO**

Constituem motivos para extinção do presente contrato:

**I** - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;

**II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da **CONTRATADA**;

**V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**.

**§1º.** A **CONTRATADA** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

**I** - supressão, por parte da Administração, de serviços que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021;

**II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

**III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;



**IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**§2º.** A extinção do contrato poderá ser:

**I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**III** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**§3º.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**§4º.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a **CONTRATADA** será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**I** - devolução da garantia;

**II** - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**III** - pagamento do custo da desmobilização.

**§5º.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas em lei, as seguintes consequências:

**I** - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**II** - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**III** - execução da garantia contratual para:

**a)** ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

**b)** pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

**c)** pagamento das multas devidas à Administração Pública;

**d)** exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

**IV** - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

*Taiúva*

GESTÃO 2025-2028

Rua Vinte e Um de Abril, 334

CEP: 14720-000

Taiúva/SP

Telefone: (16) 3246-1207

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES

É vedado à **CONTRATADA**:

- Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 09/2026, seus anexos e à proposta da **CONTRATADA**.

**Parágrafo único** - Durante a vigência do presente Termo de Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a manter compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Fica eleito como competente o foro da Comarca de Jaboticabal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

.....

E assim, por estarem as partes justas e convencionadas, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual e inteiro teor, na presença de duas testemunhas, que a tudo assistiram e tiveram conhecimento, também signatárias, para que produza todos os efeitos legais.

Taiúva, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIUVA - CONTRATANTE**  
**MAURO VICENTE BERSI - PREFEITO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_- **CONTRATADA**

\_\_\_\_\_- **REPRESENTANTE LEGAL**